

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE ABRIL DO ANO
DE DOIS MIL E OITO:-----

----- Ao vigésimo primeiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e oito, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** Acta da sessão ordinária de Dezembro, realizada no dia 17/12/2007: apreciação e aprovação;-----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente;-----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2007: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto dois:** 4ª. Modificação Orçamental – 2008: 2ª. Revisão ao Orçamento da Receita; 2ª. Revisão ao Orçamento da Despesa; 2ª. Alteração ao Plano de Actividades Municipais (PAM) e 2ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI): apreciação e

deliberação;-----

----- **Ponto três:** Atribuição de Público Louvor e Medalha Municipal de Mérito ao Trio Odemira: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto quatro:** FACECO 2008 – Tabela de Preços: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto cinco:** Classificação da Praia no Concelho de Odemira: Alteirinhos – Freguesia de Zambujeira do Mar – Para Utilização Naturista: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto seis:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação; -----

----- **Ponto sete:** Relatório Anual de Actividades e Avaliação da CPCJ de Odemira: apreciação.-----

ABERTURA DA SESSÃO

----- Pelas vinte e uma horas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e três membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, António Manuel de Oliveira Rita Viana, Augusto Inácio Maria, Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Domingos Assunção Silvestre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel Guerreiro, José Manuel dos Reis Guerreiro, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas,

Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma e Valdemar Pacheco Silvestre, e as ausências dos senhores Diogo Castanheira Vilhena, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro.-----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Carlos Alberto Silva Oliveira, Vereador eleito pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** -----

----- Interveio o senhor António Guerreiro, residente nas Portas de Transval, em Odemira, que perguntou ao Executivo Municipal se tinha havido algum tipo de fiscalização na rotunda nas Portas de Transval, porque considerava que tinha ficado uma péssima obra quer para o trânsito, quer para os peões.-----

----- Interveio a senhora Jesilia Piedade, residente nas Portas de Transval, em Odemira, que alertou para a existência de situações de perigo perto da rotunda das Portas de Transval, designadamente dois buracos que em qualquer descuido poderia cair um carro lá para dentro e umas grandes pedras junto à antiga paragem. -----

----- Disse ainda que as sarjetas do Loteamento do Joaquim Modesto tinham uma grande profundidade, acumulavam a água que apodrecia, provocando mau cheiro. -----

----- Por último, informou que devido à reparação da estrada nacional cento e vinte, as paragens das camionetas iriam mudar de lugar. Em face do exposto, solicitou informações acerca do novo local da paragem da Junta de Freguesia de Salvador, considerando que deveria

ficar localizada perto da paragem da Junta de Freguesia de Santa Maria. Deu ainda a sugestão de colorem a paragem do lado da senhora Perpétua, junto à estrada. -----

----- Interveio o senhor Manuel Maria João, residente na Rua do Moinho, nas Portas de Transval, em Odemira que manifestou o seu desagrado com a forma como tinham construído a rotunda das Portas de Transval, informando que a mesma não tinha qualquer passeio para peões. Considerou que a estrada tinha ficado muito estreita, as pessoas tinham de caminhar de costas para o trânsito, sujeitas a ficarem entaladas contra o auto-safe. -----

----- Por último, informou que há quatro anos existia junto à Rua do Moinho um aqueduto, que se encontrava entupido, provocando mau cheiro. Disse ainda que se chovesse muito poderia transbordar aquela sujidade para a habitação da sua filha. -----

----- Interveio a senhora Martina Pronk que, relativamente ao Eco-Camping Resort na Herdade A-de-Mateus, informou que em Dezembro do ano anterior tinham enviado uma carta à Câmara Municipal de Odemira e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, não tendo recebido até à data resposta da última entidade. -----

----- Disse ainda que não estavam contra aquele projecto, porque sabiam que se tratava de um investimento muito importante para o desenvolvimento do concelho de Odemira, no entanto como eram os vizinhos mais próximos gostariam de saber quais as consequências que iriam ter no futuro para a sua vacaria. -----

----- Por último, disse que na sessão ordinária da Assembleia Municipal que se realizou em Dezembro do ano transacto, a senhora Isabel Abaitua tinha sugerido a realização de uma sessão extraordinária subordinada ao tema Educação. Em face do exposto questionou se a realização daquela sessão estaria prevista ainda para o presente ano lectivo. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu ao público presente pelas questões apresentadas que diziam respeito a todos os munícipes de Odemira. -----

----- Em relação às obras da estrada nacional número trezentos e noventa e três, informou que

várias pessoas designadamente de Vila Nova de Milfontes estavam vigilantes e tinham feito reparos e observações que tinham sido encaminhadas para quem de direito. -----

----- Quanto à realização da sessão extraordinária sobre educação, informou que muito dificilmente se poderia realizar no presente ano lectivo, não por falta de disponibilidade da Assembleia Municipal, mas pelo facto das escolas estarem no terceiro período escolar, altura em que muitos alunos estavam preocupados com a avaliação, não havendo possibilidade nem da parte da escolas, nem da parte dos alunos para colaborarem na sessão. -----

----- Nessa conformidade, informou que tinham equacionado que a melhor altura para a realização da sessão extraordinária seria entre Setembro e Novembro do corrente ano. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente às questões apresentadas, informou que havia algum contencioso entre o Município de Odemira e a empresa Estradas de Portugal relativamente à obra daquela estrada. Quanto à rotunda das Portas de Transval informou que a Câmara Municipal estava em completo desacordo, não em relação à existência da rotunda, mas ao tipo de projecto onde não tinha sido verificada a segurança dos peões. -----

----- Disse ainda que a rotunda não tinha qualquer passeio para peões e as pessoas tinham que passar entre a faixa de rodagem e o auto-safe, porque no lado de fora da estrada havia uma barreira. -----

----- Revelou ainda que tecnicamente era possível fazer um passeio, bastando construir um muro de suporte em betão desde a base da barreira, porém essa solução que estavam a tentar “forçar” junto da empresa Estradas de Portugal, segundo informações da empresa em causa não era financeiramente exequível, porque o projecto já tinha ultrapassado em muito o orçamento previsto devido a outras complicações que tinham surgido. Relembrou também que o Município de Odemira é que tinha alertado a empresa Estradas de Portugal para o facto de não estar prevista qualquer rotunda para o Cruzamento do Almogrove e não existir qualquer tipo de

iluminação nas rotundas previstas.-----

----- Por último, em relação à rotunda das Portas de Transval, disse que o Vereador José Alberto Guerreiro estava a acompanhar aquela questão junto da empresa Estradas de Portugal, o assunto estava a ser analisado e não estava encerrado, pelo que da parte do Município de Odemira iriam fazer o possível para garantir mais segurança aos utilizadores da referida rotunda.-----

----- Relativamente aos buracos, ao aqueduto e às sarjetas informou que iria contactar os serviços de fiscalização do Município de Odemira para averiguarem as preocupações expostas.

----- Quanto à paragem das camionetas, disse que iria verificar com os senhores Presidentes das respectivas Juntas de Freguesia a alternativa proposta.-----

----- Por último, informou a senhora Martina Pronk que a correspondência recebida relativamente ao Eco-Camping Resort da Herdade A-de-Mateus tinha sido encaminhada para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. Considerou ainda que se não tinham obtido qualquer resposta da parte daquela entidade, deveria enviar uma carta recordatória a solicitar resposta às preocupações por eles expostas.-----

----- Disse ainda que: “do que li no relatório de impacte ambiental, não se levantaram nenhuma questão de oposição da vossa parte.” Informou também que o estudo tinha tido uma declaração de impacte favorável, face aos relatórios e aos estudos ambientais efectuados na altura pelo Instituto da Conservação da Natureza, não havendo inconveniente quer em termos de ruído ou de outros que prejudicassem a actividade desenvolvida pela Martina Pronk.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE: Uma vez que todos os

presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referindo-se à vigésima segunda página, na primeira linha, solicitou que fosse efectuada a seguinte alteração: onde se lia “...à reparação da estrada nacional número cento e vinte...”, devia-se ler “...à reparação da estrada nacional número trezentos e noventa e trezentos e noventa e três...”. Esta proposta de alteração foi aprovada por consenso. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que solicitou que fossem efectuadas as seguintes alterações: na décima terceira página, na décima terceira linha, onde se lia “...trabalho frutivo...”, devia-se ler “...trabalho frutífero...”; na décima quarta página, na última linha, onde se lia “...à sempre alguém que resiste, à sempre alguém que diz não”, devia-se ler “...há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não”; na décima oitava página, na quarta linha, onde se lia “...Igreja Monselhor...”, devia-se ler “...Igreja Monsenor...”. Estas propostas de alteração foram aprovadas por consenso. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o texto definitivo daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da

Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à terceira folha do mapa da correspondência recebida, solicitou esclarecimentos acerca do documento enviado pelo senhor Duarte Rui Cruz, sobre o Loteamento da Cerca da Teimosa, em São Luís. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que o senhor Duarte Rui Cruz tinha remetido diversos emails sobre o assunto em questão, porém não tinha conseguido enviar uma resposta pela mesma via. Disse ainda que tinha solicitado esclarecimentos à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de São Luís e até à data não tinha sido possível identificar o requerente e a situação retratada. -----

----- Chamou ainda a atenção para o documento número cinquenta do mapa da correspondência recebida, enviado pela Câmara Municipal de Odemira, no qual remetia parecer jurídico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, relativamente à cedência de cópias da gravação de sessões da Assembleia Municipal. Referiu ainda que o citado parecer era favorável à posição que tinha sido tomada pela Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou que o senhor Duarte Rui Cruz tinha remetido um email à Câmara Municipal onde solicitava esclarecimentos acerca dos arruamentos do Loteamento da Cerca da Teimosa, cujo assunto tinha sido encaminhado para o Vereador José Alberto Guerreiro. Referiu ainda que por falta de resposta, por existir algum problema técnico com o email do senhor, todas as semanas recebiam emails seus a solicitar uma resposta. -----

----- Interveio novamente a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referiu: “o nome não me diz nada e fui ver se constava dos recenseados e não consta, mas é frequente haverem pessoas que só vêm ao fim-de-semana ou só nas férias.

Naquele loteamento há muitas casas a mudar de propriedade com alguma frequência (...). Nós não temos conhecimento e a nós nunca se dirigiu a falar neste assunto, por isso eu não faço a mínima ideia de quem seja a pessoa”.-----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que realçou alguns documentos constantes no mapa da correspondência recebida, designadamente na quinta página, os documentos números quarenta e seis e quarenta e sete, enviados pela Assembleia Municipal do Mogadouro, sobre Moção “Pelo Direito à Cidadania” e Moção de Rejeição, e pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, sobre “Reestruturação da DGCI”, respectivamente.--

----- Relativamente ao primeiro documento, manifestou a sua preocupação quanto à matéria abordada que dizia respeito às implicações da assiduidade na avaliação dos funcionários públicos. Relembrou que até à data, no estatuto do eleito local, as faltas dadas à entidade patronal, no exercício dos direitos como eleitos locais, não tinham qualquer implicação. -----

----- Em face do exposto, considerou que, se o novo entendimento fosse aprovado, nenhum funcionário público quereria fazer parte de listas partidárias, porque os dias que iria ter direito para a campanha eleitoral ou para o exercício das suas funções como eleito, irão se repercutir na sua avaliação, facto que considerava grave. -----

----- Quanto à Moção de Rejeição enviada também pela Assembleia Municipal do Mogadouro, informou que a mesma era referente à nova lei eleitoral dos órgãos para as Autarquias Locais, nomeadamente à alteração que visava excluir os Presidentes das Juntas de Freguesia, enquanto membros da Assembleia Municipal, da aprovação das Opções do Plano e Proposta de Orçamento da Câmara Municipal, bem como das respectivas revisões, o que considerava também gravoso.-----

----- Em relação ao segundo documento sobre a “Reestruturação da DGCI”, disse que tinha ficado preocupada com o conteúdo do mesmo, porque referia que provavelmente Odemira ficaria a pertencer a uma repartição de finanças conjuntamente com Sines, não se sabendo onde

seria a sua localização. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que relativamente ao último assunto, disse que considerava que se tratava apenas de um estudo técnico, porém se aquele estudo se concretizasse, dado o desenvolvimento económico de Sines, muito dificilmente o serviço ficaria em Odemira. Considerou ainda que se isso viesse a acontecer “pela primeira vez, neste mandato, temos que sair todos para a rua”. -----

----- Por último, referiu que deveriam aguardar pela resposta solicitada pelo Deputado Luís Rodrigues ao Governo, para posteriormente tomarem uma posição. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que iria enviar à Assembleia Municipal fotocópia do ofício que tinha enviado ao senhor Ministro das Finanças sobre a “Reestruturação da DGCI” e às notícias que tinham vindo “a lume na comunicação social”. Disse ainda que segundo informação que tinha, tratava-se apenas de um estudo que não estava decidido, nem discutido. -----

----- Considerou ainda que a fusão dos dois serviços de finanças (Odemira e Sines), não era aceite pelos dois concelhos, nomeadamente em Sines porque tinha uma matriz completamente diferente de Odemira, com uma plataforma industrial e nunca aceitaria pagar os impostos noutra local; em Odemira, porque tinha um potencial imenso em termos turísticos e de horticultura e estava em crescimento ao nível de determinadas valências. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse que tinha sido informado, acerca da criação de uma comissão que tinha elaborado um estudo sobre a “Reestruturação da DGCI”. Disse também que esse estudo tinha vindo no seguimento de uma reivindicação das Autarquias Locais, relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) passar para as Autarquias. -----

----- Referiu também que ao sair o IMI e o IMT das Finanças, uma vez que actualmente as empresas tratavam tudo através da Internet, praticamente já não se justificaria a existência de

repartições, sendo a ideia daquela reforma criar lojas do cidadão, pelo que Sines pela sua estratégia a nível nacional e internacional justificaria uma loja do cidadão.-----

----- Quanto à assiduidade e avaliação, lembrou que o estatuto do eleito local tinha sido aprovado na Assembleia da República e como tal, em termos de hierarquia era superior ao Decreto-Lei aprovado pelo Governo. Referiu ainda que “a lei da Assembleia da República não está ultrapassada, está em vigor e portanto tudo o que se puder vir a fazer que viole esta lei, não tem razão de ser, perde constitucionalmente a razão.”-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO:-----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“**PROPOSTA**-----

----- Tendo o Partido Socialista desde sempre demonstrado a sua disposição de promover assembleias extraordinárias para debater temas específicos e de superior interesse municipal.---

----- Face ao desafio lançado na Assembleia Municipal do dia 17 de Dezembro de 2007 pela munícipe D. Isabel Abaitua, membro da Associação de Pais da EB1 de Odemira e Escola EB 2,3 Damião de Odemira, que gostaria de ver debatido nesta Assembleia o tema “Educação no Concelho de Odemira”.-----

----- Vem o Partido Socialista propor a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária sobre o tema “Educação no Concelho de Odemira”.-----

----- Esta deverá ser calendarizada tendo em conta os calendários escolares, ser antecedida de reuniões com os intervenientes no processo educativo para delinear os assuntos a debater e à imagem da Assembleia Municipal Jovem deverá ter a estreita colaboração da Divisão de

Educação do Município de Odemira. -----

----- Odemira, 21 de Abril de 2008” -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que apresentou o Protesto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“**PROTESTO**-----

----- Conforme habitual e previsto no calendário, a Primavera chegou no passado mês de Março. Estação de renovação e de rejuvenescimento florístico, conforme previsto e habitual as folhas e flores tomaram progressivamente conta do nosso espaço visual naquela que já foi conhecida como “a vila das flores”.-----

----- O que não estava previsto nem era habitual foi o inexplicável corte radical sofrido por algumas árvores de grande porte, especificamente os plátanos, que se viram desprovidos das suas copas e ramos sendo reduzidos ao seu tronco nu.-----

----- Os plátanos são árvores que povoam a Terra desde há 115 milhões de anos e têm características especiais:-----

----- - Suportam bastante bem a poluição, sendo uma boa escolha para se plantarem em zonas urbanas;-----

----- - Vivem intensamente as estações do ano: na Primavera, ficam cheios de rebentos e folhas, no Verão os plátanos ficam frondosos dando uma sombra apetecível, no Outono, as folhas mostram uma paleta de tons amarelos e avermelhados e no Inverno perdem toda a folhagem, ficando totalmente despidos apenas com o tronco e os ramos; assim, observar um plátano, é observar o desenvolvimento das estações do ano e, conseqüentemente, o andar do tempo; - -----

----- São árvores que contribuem significativamente para a climatização das zonas urbanas: no Verão, com as suas copas frondosas, absorvem a radiação solar e proporcionam o arrefecimento do ar que penetra nos edifícios; já no Inverno, as mesmas desprovidas de folhas,

permitem que a radiação solar entre nos prédios, aquecendo-os.-----

----- Que haja uma limpeza de ramos velhos ou incómodos, é salutar e aceitável, mas a mutilação ocorrida é perfeitamente inusitada e aberrante, principalmente em zonas de lazer onde a sombra fornecida pelas suas copas seria preciosa no Verão que se avizinha. -----

----- Se a moda pega...-----

----- A Eleita pela CDU” -----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que solicitou a todos os presentes que estivessem interessados em receber informações actualizadas do blog da Assembleia Municipal de Odemira, que colocassem o seu endereço de email na folha que iria ser distribuída. -----

----- Seguidamente apresentou a proposta que se transcreve:-----

-----“**PROPOSTA** -----

----- No âmbito da divulgação da Assembleia Municipal, proponho que a Assembleia tenha um Stand na FACECO 2008.”-----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que manifestou o seu agrado pela forma como tinha decorrido a Assembleia Municipal Jovem e considerou que deveria ser uma actividade a repetir. Referiu ainda que tinha sido uma óptima oportunidade de partilharem e de verem em acção a juventude do concelho de Odemira. Em face do exposto disse que seria interessante convidarem aqueles jovens que tinham defendido as suas ideias, a assistirem à sessão ordinária de Junho da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor Aníbal Simão que perguntou para quando estava previsto o início das obras do Caminho Municipal número mil cento e noventa. Referindo-se ao Caminho Municipal número mil cento e noventa e um, cuja terraplanagem tinha sido feita há muitos anos, perguntou para quando estava previsto o seu alcatroamento.-----

----- Por último, disse que o bairro municipal estava parado por motivos relacionados com os proprietários do terreno, porém considerou que se a Câmara Municipal fizesse o arruamento

dos lotes, a zona ficaria com outro aspecto e poderia influenciar positivamente as pessoas. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que apresentou o Protesto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“**PROTESTO**-----

----- A saúde no Concelho de Odemira está a atingir um tal estado, que nos leva aqui a apresentar um protesto, pela grave situação com que todos nos debatemos. -----

----- A viatura SIV (suporte imediato de vida), aqui colocada pelo INEM, já não conta com os serviços de um médico como contava quando iniciou aqui o seu serviço. -----

----- As urgências (SUB) Serviço de Urgência Básica, estão entregues em grande parte a empresas fornecedoras de mão-de-obra. Por vezes as mudanças de turno não acontecem de forma que seria normal, originando problemas, criando esperas aos utentes por vezes com períodos de seis e mais horas.-----

----- Quando tal acontece acaba por ser necessário recorrer a médicos que deveriam estar nas consultas familiares, provocando o caos quer para os que com urgência necessitam de cuidados, quer para os que marcam consultas e acabam por esperar semanas e meses, para obter essa consulta. -----

----- A freguesia de S. Luís há anos que não tem médico de família. -----

----- Na freguesia de S. Teotónio muitos utentes (milhares) não dispõem de médico de família. -----

----- Nas freguesias de Salvador e Stª Maria também são muitos os utentes que não têm médico de família. -----

----- A freguesia de Vila Nova de Milfontes também está carente em médicos de família. Assim sendo, os cuidados básicos não estão garantidos. -----

----- Quanto aos cuidados paliativos, são inexistentes.-----

----- Já são poucos os médicos, que fizeram o serviço médico à periferia e connosco

ficaram. -----

----- Consta que um médico que tem dado todo o seu esforço, e que tem cumprido o seu dever, desenvolvendo o seu trabalho em prol do SNS, vai sair. -----

----- Fala-se que uma enfermeira especialista também irá embora. -----

----- Parece que um outro médico também terá intenção de sair. -----

----- Com a hipotética saída destes médicos de que se fala, ficam sem médico de família mais de 2000 habitantes e outros serviços ficarão reduzidos. -----

----- Terão conhecimento essas freguesias da situação que as espera? -----

----- As grávidas e mães deste concelho, vão deixar de poder contar com a dedicação e o profissionalismo de uma enfermeira, que há décadas sempre esteve disponível nas horas boas e nas horas más. Tem tido sempre uma palavra amiga e amor para dedicar aos seus utentes. -----

----- Algo tem que ser feito, para evitar esta sangria de quadros de que estamos tão carenciados. -----

----- Por mais que os sucessivos ministros nos queiram atirar areia para os olhos, de que tudo vai bem na saúde, o que é facto é que no concelho de Odemira tudo vai mal e, só mexe alguma coisa quando as desgraças são notícias bem visíveis na comunicação social. -----

----- Por mais que se tente tapar o sol com a peneira e, arranjar soluções que acabam por nada resolver, queremos uma resposta concreta e objectiva da responsável pelo Centro de Saúde de Odemira às seguintes questões: -----

----- Já alguém responsável tentou junto da tutela uma situação de excepção para este concelho, com problemas graves no tocante aos profissionais de saúde que são muito poucos para toda a população, ampliados pelas grandes distâncias que é necessário percorrer para poder beneficiar de cuidados médicos? -----

----- O que se fala no tocante à redução dos profissionais de saúde é verdade? Qual a causa? -----

----- As situações anómalas no serviço de urgências são para continuar, ou as propaladas -----

reformas na saúde para o concelho de Odemira virão a resultar no encerramento desta unidade pública de saúde? -----

----- Será que por não se encontrarem soluções, porque nada se faz para isso, o que se pretende é capciosamente entregar toda a assistência médica deste concelho aos privados? -----

----- Pelo exposto aqui queremos deixar o nosso protesto! -----

----- O Grupo Parlamentar da CDU” -----

----- Seguidamente, desafiou os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Odemira, a mobilizarem a sua população no sentido de manifestarem o seu descontentamento com o actual estado da saúde no concelho, referindo: “não queiramos todos a vir a ser responsáveis perante as populações, por nada termos feitos.” Esse apelo foi extensivo aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Disse ainda: “É necessário, imperioso e urgente que as populações se façam ouvir, para que o direito que todos temos a uma saúde que deverá ser tendencialmente gratuita, efectivamente seja respeitado. Este é um concelho em que maioritariamente as populações são pobres, pelo que não podem recorrer aos serviços privados, o que obriga a que os serviços públicos cumpram aquela que é a sua obrigação e neste momento tal não se verifica. Neste concelho existe um deficit em todas as áreas da saúde. Contribuamos todos para mudar esta situação. -----

----- Tenho dito”. -----

----- Interveio o senhor António Eduardo, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que considerou, em relação à saúde, que deveriam estar todos atentos aos próximos dias. -----

----- Quanto às ambulâncias das Juntas de Freguesia para transporte de doentes, disse que tinha feito uma intervenção sobre o tema no Congresso da ANAFRE, no sentido de alertar todos os Conselheiros para o facto de no país serem todos iguais, mas com realidades diferentes. -----

----- Leu ainda a documentação sobre aquela problemática, a qual tinha sido entregue ao

senhor Presidente da ANAFRE, uma vez que ele iria reunir com o senhor Secretário de Estado da Administração Interna. -----

----- Informou ainda que as Juntas de Freguesia do concelho de Odemira que possuíam ambulâncias tinham reunido no passado dia catorze com a senhora Directora do Centro de Saúde de Odemira, para falar sobre aquela problemática. Da reunião em causa foi elaborado o documento que leu e que informou que seria enviado ao senhor Governador Civil do Distrito de Beja, à Administração Regional de Saúde do Alentejo – Évora, à Sub-Região de Saúde do Alentejo – Beja, ao Centro de Saúde de Odemira, ao Presidente da Câmara Municipal de Odemira, ao Presidente da Assembleia Municipal e ao Presidente da ANAFRE. -----

----- Por último e recorrendo à intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal, considerou que haviam alturas em que a população teria mesmo de sair para a rua. -----

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que relativamente ao protesto apresentado pela senhora Maria da Piedade Barradas, informou que no Lar de São Teotónio, a conselho de técnicos, tinham cortado os plátanos devido ao porte que as árvores estavam a atingir que poderia eventualmente causar perigo de queda para as casas circundantes. Referiu ainda que na altura, tinham sido muito criticados, mas os plátanos rejuvenesceram. -----

----- Interveio o senhor Fernando Encarnação que voltou a questionar para quando estava prevista a colocação da sinalética na vila de Odemira. Disse ainda que se tratava de um ponto de honra seu, porque desde o início do mandato vinha a falar naquele assunto. Disse ainda que já lhe tinham prometido que estaria para breve, no entanto via nova sinalização na Zambujeira do Mar, em Vila Nova de Milfontes, na Boavista e em Odemira nada. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que relativamente à temática da saúde propôs que no dia doze de Maio, pelas dezassete horas e trinta minutos, se realizasse uma reunião da Comissão Eventual para a Saúde, da Assembleia Municipal, com a participação

da senhora Directora do Centro de Saúde de Odemira, da Mesa da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal. -----

----- Informou ainda, em relação à sugestão da senhora Telma Guerreiro, que iriam oficial as escolas a convidar os jovens para assistir à próxima sessão da Assembleia Municipal. Solicitou ainda aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia que em articulação com a Câmara Municipal, tomassem as providências necessárias para fornecer transporte aos jovens que viriam assistir à sessão. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente às questões colocadas informou que a obra do Caminho Municipal número mil cento e noventa, iria iniciar brevemente, uma vez que o empreiteiro já se tinha deslocado ao local para verificar a localização do estaleiro. Em relação ao Caminho Municipal número mil cento e noventa e um, disse que estavam a tentar novamente o financiamento da obra, junto do QREN – Quadro de Referências Estratégico Nacional. -----

----- Disse ainda que o processo do Bairro Municipal de Pereiras-Gare tinha sido entregue à Dr.ª Sónia Correia, sua Adjunta, que estava a tentar desbloquear o problema.-----

----- Em relação à colocação de sinalética em Odemira, informou que o concurso estava aberto, pelo que dentro de três meses estaria em execução.-----

----- Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que disse: “É obvio que a Câmara tentará providenciar o transporte. Contaremos com a colaboração dos senhores Presidentes de Juntas a exemplo do que aconteceu na Assembleia Municipal Jovem.”-----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que colocou à consideração e votação as propostas apresentadas neste ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

----- a) Proposta, apresentada pelo senhor Ricardo Cardoso, sobre realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária sobre o tema “Educação no Concelho de Odemira”. Esta

proposta foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal; -----

----- b) Proposta, apresentada pela senhora Helena Loermans, sobre a colocação de um stand da Assembleia Municipal na FACECO 2008. Esta proposta foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste Órgão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de dez minutos. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2007: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão: -----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0308-2008 - RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2007. -----

----- Foi presente o relatório de gestão e respectivos mapas de prestação de contas. -----

----- Propõe-se a aprovação das contas, relativas ao ano de 2007. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, com os votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade, devendo ser enviado à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- Os Senhores Vereadores apresentaram a Declaração de Voto, que seguidamente se transcreve:-----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Ao procedermos à análise da Prestação de Contas do ano de 2007, constatamos que apesar do rigor que é exigido às Autarquias Locais com a introdução do Pocal e as afirmações do Senhor Presidente da Câmara, quando da apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007, dizia “que estávamos perante um Plano e Orçamento bastante realista e para cumprir”, hoje perante factos e resultados concretos verifica-se que “tudo o vento levou”.-----

----- Não compreendemos que em 31 de Dezembro de 2007 não tenha sido utilizado o valor de 5.800.000,00€ de empréstimos contraídos na banca, bem como é incompreensível que nessa data o Município tenha deixado em saldo e em dinheiro nos bancos o valor de 2.573.920,88€, para realização de obras necessárias aos cidadãos do nosso Concelho.-----

----- De uma despesa total prevista e corrigida para o ano de 2007 no valor de 38.942.964,30€, apenas foram executados em obras/investimentos 6.987.014,90€, isto é apenas 17,9% do total previsto.-----

----- Por mais razões que agora se invoquem ou explicações que nos tentem dar, a realidade são os números que constam nos documentos elaborados pelos serviços do Município que provam e demonstram o fraco empenho e eficácia existentes.-----

----- Tínhamos razão quando dizíamos que o Plano e Orçamento para o ano de 2007 estava sobreavaliado e não correspondia à realidade.-----

----- Tínhamos razão quando dissemos que quem iria suportar os enormes custos acrescidos de um orçamento “defeituoso” era o Povo do nosso Concelho. -----

----- Os números falam por si. -----

----- **As receitas arrecadadas só em Impostos passaram de 4,2 milhões de euros em 2006 para 5,8 milhões de euros em 2007, isto é, saíram dos bolsos dos Odemirenses mais de 1,6 milhões de euros;**-----

----- **Poderíamos falar ainda, do aumento significativo das receitas cobradas aos nossos Municípios, nomeadamente nas taxas, licenças, fornecimento de água, saneamento, recolha de lixos, urbanismo, etc.** -----

----- A melhoria da qualidade de vida das populações do nosso concelho, tais como, a qualidade da água que bebemos, a colocação de redes de água em localidades onde não existem, o correcto funcionamento das estações de tratamento que não funcionam ou funcionam mal, a resposta em tempo útil na aprovação de projectos entrados no Município, não sofreram qualquer melhoria que tenham justificado o aumento das receitas cobradas aos municípios. -----

----- Pelas razões expostas, a nossa leitura é que com o dinheiro que o Município arrecadou no ano de 2007, muito se poderia ter feito pelo Desenvolvimento e Futuro do nosso Concelho. -

----- Pelo exposto, os eleitos da CDU, votam contra a Prestação de Contas do ano de 2007.-

----- Odemira, 2008-04-11 -----

----- Os Vereadores da CDU, -----

----- a)- Cláudio José dos Santos Percheiro -----

----- a)- Maria Helena Campos dos Santos Ventura -----

----- a)- Abílio José Guilherme Bejinha.” -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido

Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** 4.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2008: 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 2.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM) E 2.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI): Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0310-2008 - 4.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2008: -----

----- 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; -----

----- 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; -----

----- 2.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM); -----

----- 2.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI). -----

----- Foi presente a 4ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2008, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, na 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, na 2.ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais (PAM) e na 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresentava os seguintes valores: -----

----- **ORÇAMENTO DA RECEITA:** -----

----- Inscrições/Reforços: € 2.645.920,88 (dois milhões seiscentos e quarenta e cinco mil novecentos e vinte euros e oitenta e oito cêntimos); -----

----- Diminuições /Anulações: € 72.000,00 (setenta e dois mil euros); -----

----- ORÇAMENTO DA DESPESA:-----

----- Inscrições/Reforços: € 2.573.920,88 (dois milhões quinhentos e setenta e três mil novecentos e vinte euros e oitenta e oito cêntimos); -----

----- Diminuições /Anulações: € 0,00 (zero euros); -----

----- PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS: -----

----- Inscrições/Reforços: € 105.000,00 (cento e cinco mil euros); -----

----- Diminuições /Anulações: € 0,00 (zero euros); -----

----- PLANO DE PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

----- Inscrições/Reforços: € 1.010.000,00 (um milhão e dez mil euros)-----

----- Diminuições/Anulações: € 0,00 (zero euros) -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, com os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto três:** ATRIBUIÇÃO DE PÚBLICO LOUVOR E MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO AO TRIO ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão: -

----- “15 - ASSUNTO N.º 0240-2008 – PROPOSTA N.º 2/2008P - ATRIBUIÇÃO DE PÚBLICO LOUVOR E MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO AO TRIO ODEMIRA -----

----- Foi presente a proposta n.º 2/2008 P, datada de 13/03/2008, elaborada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a propor a atribuição de público louvor ao Trio Odemira, bem como a sua agraciação com a medalha municipal de mérito, tendo em conta o importante papel que têm desempenhado ao longo dos seus 50 anos de carreira artística, e na divulgação do nome de Odemira a Portugal e ao mundo. -----

----- Propõe-se a aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.” -----

----- Nos termos do artigo nonagésimo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, o senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes sobre a forma de votação daquele assunto. Por consenso, foi deliberado que não seria necessário proceder à votação por escrutínio secreto. Em face do exposto procedeu-se à votação do assunto em causa, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto quatro:** FACECO 2008 – TABELA DE PREÇOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no

maço de documentos da presente sessão: -----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0178-2008 - FACECO 2008 - TABELA DE PREÇOS-----

----- Foi presente a informação n.º 103, datada de 20 de Fevereiro de 2008, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, a informar que se vai realizar nos dias 17, 18, 19 e 20 de Julho, mais uma edição da FACECO. A fim de que se possam remeter as fichas de inscrição aos candidatos a expositor, propõe-se a aprovação da Tabela de Preços em anexo, a aplicar na FACECO 2008. -----

----- Propõe-se que a Exma. Câmara delibere no sentido de aprovar a Tabela de Preços em anexo, a aplicar na FACECO 2008, devendo a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com a alínea h) do n.º 2 do artigo 53º das Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, uma vez que os valores, nela constantes, não se encontram incluídos na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Odemira. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto cinco:** CLASSIFICAÇÃO DA PRAIA NO CONCELHO DE ODEMIRA: ALTEIRINHOS – FREGUESIA DE ZAMBUJEIRA DO MAR – PARA UTILIZAÇÃO

NATURISTA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0134-2008 – CLASSIFICAÇÃO DA PRAIA NO CONCELHO DE ODEMIRA: ALTEIRINHOS, FREGUESIA DE ZAMBUJEIRA DO MAR, PARA UTILIZAÇÃO NATURISTA.-----

----- Foi presente a informação n.º 125, datada de 07 de Fevereiro de 2008, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, Serviços de Turismo, a informar que sendo o naturismo uma prática tolerada em determinadas praias do Concelho de Odemira, a Federação Portuguesa de Naturismo (FPN) apresentou um requerimento à Câmara Municipal, no sentido de oficializar uma praia, ou uma parcela, como espaço naturista, nos termos do disposto no art. 6º da Lei n.º 29/94, de 29 de Agosto, que estabelece o Regime da Prática do Naturismo e da Criação de Espaços Naturistas. A parcela da praia dos Alteirinhos, com cerca de 160 metros de extensão (limite norte 37º 31’03 / 8º 47’24 e 37º 30’58 / 8º 47’26 a sul) oferece condições naturais de isolamento adequado relativamente ao exterior, salvaguardando o aspecto visual dos habitantes da aldeia de Zambujeira do Mar. A sua legalização dignifica o espaço, com a sua delimitação e sinalização no limite ou principal acesso, com a afixação de indicação, escrita ou figurativa de se tratar de zona de naturismo, conforme disposto no art. 9º da referida Lei. A maioria dos empresários da hotelaria mostraram-se favoráveis quanto à legalização de parte da praia dos Alteirinhos para a prática do naturismo. Face ao exposto, consideram-se reunidos os pressupostos determinados na Lei n.º 29/94, de 29 de Agosto, com vista à legalização de uma parte da praia dos Alteirinhos para utilização naturista. -----

----- Propõe-se que a Exma. Câmara delibere no sentido de assegurar a classificação do património natural do Município, designadamente da praia dos Alteirinhos para a utilização naturista, de harmonia com o disposto na alínea m) do n.º 2 do art. 64º do Decreto-Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que a proposta seja enviada à Assembleia Municipal, de harmonia com o disposto na alínea a) n.º 6 do art. 64º da referida Lei.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, com o voto contra do Senhor Vereador Cláudio José dos Santos Percheiro, que declarou ser preferível classificar a totalidade da praia para a prática naturista ou em alternativa encontrar outra praia.”

----- Interveio o senhor Fernando Encarnação que disse: “Li com alguma perplexidade este documento e por o seguinte: a praia da Zambujeira do Mar é uma praia pequena e a afluência que tem de banhistas no verão já a faz extravasar para as praias limítrofes: Alteirinhos e Nossa Senhora.-----

----- Querer por lá uma colónia de nudistas, não me parece correcto, nem adequado.-----

----- Há outras situações onde podiam fazer isto, porque os naturistas têm direitos, são seres humanos, são Portugueses como todos, mas há várias soluções ali naquela costa, não tão perto da Zambujeira como esta dos Alteirinhos, por isso eu vou votar frontalmente contra”.-----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que informou que concordava com a proposta e perguntou o porquê de não terem decidido classificar toda a praia e somente uma parte.-----

----- Interveio a senhora Dulce Raposo que chamou a atenção para o acesso à zona da praia da Meia Laranja, que seria classificada como praia naturista, referindo que o acesso era difícil e quando a maré enchia ficava completamente isolada.-----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que lembrou que aquela proposta seria apenas para legalizar o que já acontecia actualmente.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que não estavam a falar nada de novo, porque a praia do Alteirinhos, há mais de vinte anos, era uma zona onde se fazia nudismo.-----

----- Disse ainda que tinham ponderado em classificar toda a praia, porém consideravam que seria uma violação para as pessoas que não faziam naturismo e que também utilizavam aquela praia desde sempre.-----

----- Por último, informou que tinham tentado apenas dentro da legalização, preservar aquilo

que já acontecia naquela praia durante muitos anos. -----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que perguntou se a praia da Nossa Senhora, na Zambujeira do Mar, estava interdita ao nudismo. Considerou ainda que não havia qualquer novidade naquela proposta, porque naquela praia já se praticava naturismo.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que aquela sugestão tinha surgido de duas ou três hipóteses propostas pela Federação Portuguesa de Naturismo. Disse ainda que aquela praia apesar de não estar licenciada, já existia em todos os circuitos internacionais de praias naturista. -----

----- Considerou ainda que o facto de terem uma praia licenciada como naturista, porventura permitiria a agregação das pessoas que praticavam nudismo noutras praias e procuravam uma, onde sabiam que tinham esse direito porque estava delimitada como tal. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que solicitou esclarecimentos acerca de um assunto que constava no requerimento da Federação Portuguesa de Naturismo, onde lamentavam que a praia do Malhão tivesse sido «preterida por “força” de um parecer privado, parcial e mesquinho e até abusivo na sua formulação».-----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que naquela zona a propriedade privada ia exactamente até à linha de água e nessa conformidade, tinham sido consultados os proprietários dos terrenos confinantes com a praia (Aivados e Malhão) para obtenção de parecer, tendo o mesmo sido negativo.-----

----- Interveio o senhor Tito Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que a sua Junta de Freguesia tinha-se pronunciado favoravelmente quanto à prática de naturismo na praia do Malhão, pelo que tinha ficado admirado por a praia ter sido preterida devido a um parecer negativo de um particular. -----

----- Questionou ainda o porquê de ser a Assembleia Municipal a pronunciar-se sobre aquele

licenciamento, em vez de ser o Parque Natural ou a Capitania da zona. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a Assembleia Municipal era chamada a pronunciar-se porque constava na respectiva lei. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que o seu voto contra aquando da discussão daquele assunto na reunião da Câmara Municipal, tinha sido devido ao facto de ser frequentador da praia dos Alteirinhos como pescador lúdico e no ano anterior tinha visto pancadaria entre naturistas e não naturistas, o que considerava incorrecto. -----

----- Disse ainda que não era contra o naturismo, mas não concordava com a divisão da praia como era proposto. -----

----- Considerou também que era inconcebível que a praia do Malhão onde também se praticava nudismo, tivesse sido preterida devido ao parecer negativo de um particular. Referiu que “a praia é um bem público, é do domínio público, não pode um terceiro inviabilizar. E apenas o que a lei diz nesta matéria, é os empreendimentos hoteleiros, é que podem pronunciar-se favorável ou desfavoravelmente, não fala lá nos privados.” -----

----- Por último, referiu que aguardava que a entidade que tinha vindo requerer aquela autorização, sinalizasse correctamente aquela praia como sendo naturista, para evitar problemas posteriores. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que perguntou se a Câmara Municipal tinha jurisdição em termos de exigência da sinalização, caso a entidade responsável não o viesse a fazer. -----

----- Perguntou ainda que tipo de argumento tinha sido apresentado pelo Parque de Campismo da Zambujeira do Mar, quando manifestou a sua discordância em relação àquela proposta. -----

----- Por último, questionou se aprovação da Assembleia Municipal relativamente àquela proposta era definitiva e, bem assim perguntou se poderiam revogar aquela deliberação, no caso de posteriormente virem a existir reclamações ou incidentes. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a lei definia como se fazia o balizamento. Disse ainda que da experiência que tinha naquele tipo de questões, habitualmente, o proprietário do Parque de Campismo da Zambujeira do Mar era contra. - -----

----- Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou que era adepto do naturismo e nunca tinha visto “zaragatas” nas praias naturistas. Disse ainda que era frequente observar excursões de famílias estranhas ao naturismo naquelas praias e não o contrário. -----

----- Por último, considerou que a solução proposta era justa para ambas as partes (naturistas e não naturistas). -----

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que conhecia a praia dos Alteirinhos há muitos anos e sempre tinha havido naquela praia nudismo. Considerou ainda que seria importante a colocação da sinalização a identificar a zona de naturismo. -----

----- Interveio novamente o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que a praia das Adegas em Odeceixe era classificada como naturista e até à data não tinha sido colocado qualquer tipo de sinalização. -----

----- Por último, referiu que entendia que a deliberação da Assembleia Municipal seria definitiva, porém considerava que a Assembleia Municipal era soberana para poder condicionar a sua aprovação temporariamente, visto tratar-se de um ónus. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a praia das Adegas em Odeceixe era toda naturista, por esse facto não havia sinalização a delimitá-la. -----

----- Em relação à deliberação da Assembleia Municipal, disse que nada constava na lei, pelo que considerava que poderiam aprovar condicionando a Federação Portuguesa Naturista a delimitar a zona dedicada ao naturismo. -----

----- Por último, lembrou que a praia dos Alteirinhos, nos últimos vinte anos, já tinha

provado que tanto os naturistas como os que não são, conseguiam conviver no mesmo espaço. -

----- Interveio o senhor Aníbal Simão que informou, que constantemente lhe telefonavam para o seu turismo rural a questionar se existiam praias naturistas no concelho de Odemira, demonstrando a mais valia que era em termos turísticos. Em face do exposto, disse que iria votar favoravelmente aquela proposta. -----

----- Interveio novamente o senhor Ricardo Cardoso que informou que a praia do Alteirinhos inicialmente era apenas uma praia de naturismo, devido às dificuldades de acesso e à praia estar sempre deserta. -----

----- Considerou ainda que em termos de deliberação, nada seria eterno.-----

----- Referindo-se ao ponto número oito do requerimento enviado pela Federação Portuguesa de Naturismo, considerou que a colocação da sinalização seria da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

----- Por último, disse que a existência de uma praia naturista no concelho de Odemira seria uma mais valia turística.-----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que perguntou se era urgente deliberarem aquele assunto naquela reunião ou poderia ficar para a próxima, havendo mais tempo para as pessoas esclarecerem as dúvidas. -----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que considerou que deveriam votar aquele assunto e informou que era a favor da legalização.-----

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que o assunto deveria ser votado naquela sessão e, bem assim, disse que iria votar favoravelmente. -----

----- Interveio o senhor João Miguel dos Reis que considerou que se a Assembleia Municipal deliberava sobre a autorização da classificação de praia naturista, também seria aquele Órgão que poderia retirar esse estatuto. -----

----- Considerou ainda que aquela proposta não se esgotaria naquela decisão e que inclusivamente dali a dois anos poderiam eventualmente, estar a deliberar alargar a classificação de praia naturista a toda a praia.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que aquela era a proposta que tinha vindo da Câmara Municipal e que estava para deliberação. Disse ainda que “tentar transportar o que foi o único voto contra para a Assembleia Municipal, ela está escrita, não precisa de explicitar (...). E a proposta que está à votação não é o voto contra, é os seis votos a favor (...).-----

----- Está-se aqui a tentar, como alguém já disse, subverter, está-se a tentar criar dúvidas com determinado tipo de questões que estão aqui. A proposta é aquela e não é outra.”.-----

----- Referiu também que aquele processo, contrariamente ao que se estava a fazer passar, já existia há quatro anos e meio e o que estavam a apreciar não era a criação de uma praia naturista, mas sim a classificação de uma praia aonde já se praticava nudismo.-----

----- Considerou ainda que o requerimento enviado pela Federação Portuguesa de Naturismo, não referia que era da responsabilidade do Município de Odemira colocar a sinalização, referindo apenas que devia ficar sinalizado.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que disse que a presente proposta era referente à prática de nudismo de forma legalizada, pelo que partia do princípio que quem se despia nas outras praias estaria ilegal.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que a proposta era clara, a discussão era livre e congratulava-se pelo debate havido. Referiu ainda que não ficava sensibilizado quando se referia que o processo já se arrastava há quatro anos e meio, porque a Assembleia Municipal não tinha conhecimento desse facto, pelo que seria legítimo se aquele órgão quisesse debater aquele assunto com mais profundidade.-----

----- Disse ainda que não lhe parecia correcto ser a Assembleia Municipal a abrir um

precedente e a condicionar a utilização e sinalização da praia. Entendia que se a Câmara Municipal, durante os quatro anos de análise da proposta, não tinha proposto nada naqueles termos era porque não se tinha justificado. -----

----- Por último disse que “se realmente durante mais de vinte anos não se suscitaram problemas de maior, também não me parece que estes se vão suscitar só porque a Assembleia Municipal venha ou não a aprovar esta proposta.” -----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que informou que, em consciência, não se encontrava em condições de votar aquela proposta, porque entendia que a lei não estava bem clarificada, quanto à autorização ser definitiva ou não. ---- -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que considerou que não havia nada de definitivo, podendo a Assembleia Municipal dizer “que até aqui aprovámos, a partir daqui estamos contra e faríamos a recomendação e levá-la-íamos a quem de direito, lutaríamos por ela, no sentido de ser retirada essa classificação. -----

----- O que a Assembleia Municipal e o Município não podem é ficar reféns de uma decisão.” -

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quatro votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Se inicialmente quando se começou a discutir este assunto a minha intenção era abster-me nesta questão, decidi ao longo da discussão

que teria que me opor e pelo seguinte: porque não tenho nada contra, desde que não provocando as outras pessoas em qualquer uma das praias do concelho, o naturismo se possa praticar, porque não vejo porque é que uma praia ou uma zona há-de ser privilegiada em relação às outras zonas do concelho. Entendo que devo votar contra, porque se está a limitar e se está a cercear aquilo que é liberdade de cada um enfrentar a praia da maneira que acha mais conveniente (...)"

----- **Ponto seis:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO Nº1 DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002 DE 11/01: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções: -----

----- O senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, perguntou em que situação se encontrava a electrificação para a zona de Estacas e Bailadouro, uma vez que tinha sido informado que estaria para breve a abertura do concurso. -----

----- Lembrou que o polidesportivo de Luzianes-Gare tinha projecto aprovado, mas não tinha avançado, considerando que se tratava de uma obra importante para aquela freguesia. -----

----- Disse ainda que em tempos se tinha falado na criação de mais uma sala na escola primária, porque as existentes não eram suficientes e até àquela data nada tinha sido feito. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que iria junto dos serviços responsáveis verificar em que situação se encontrava a electrificação e a criação de mais uma sala na escola primária de Luzianes-Gare. -----

----- Disse ainda que estava previsto o início da construção do polidesportivo de Luzianes-Gare para o presente ano. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto sete:** RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E AVALIAÇÃO DA CPCJ DE ODEMIRA: Foi presente o ofício número sessenta e três, datado do dia vinte e três de

Janeiro, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, remetendo o Relatório Anual de Actividades e Avaliação da CPCJ de Odemira, para conhecimento e devidos efeitos. -----

----- À semelhança do ano anterior, o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez um convite à senhora Presidente da CPCJ de Odemira para que, se assim o entendesse, viesse fazer uma apresentação do trabalho desenvolvido no último ano. -----

----- Seguidamente, passou a palavra à senhora deputada Maria da Piedade Barradas, representante da CPCJ de Odemira, que fez uma apresentação do Relatório Anual.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que elogiou o excelente trabalho desenvolvido por aquela Comissão que era “a menina dos olhos da Assembleia Municipal”. -----

----- Considerou ainda que aquela Comissão precisava urgentemente de membros do sexo masculino, porque a sensibilidade deles era importante inclusivamente, para defender aquela instituição dos próprios pais (homens) das crianças. -----

----- Questionou ainda se havia algum tipo de receptividade por parte das outras entidades, relativamente ao trabalho desenvolvido pela Comissão, nomeadamente em relação à interligação com as entidades judiciais. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas, que informou que a interligação com as entidades judiciais não era fácil e tinham tido algumas dificuldades com as actuais Procuradoras. Disse ainda que aquela Comissão dependia directamente do Ministério Público que, por vezes, não tinha muito tempo para supervisionar o trabalho deles. -----

----- Informou ainda que tinham tido um óptimo relacionamento com a anterior representante do Ministério Público, porém quando o relacionamento começava a funcionar melhor, a equipa judicial mudava, o que não era benéfico para o trabalho da Comissão. -----

----- Realçou o excelente trabalho da Dr.^a Laura Fino enquanto esteve à frente daquela Comissão e da Sandra que era secretária. Referiu ainda que tinha sido com muita pena que

tinha visto as duas sair da Comissão, considerando que tinham sido uma mais valia para aquela instituição. -----

----- Por último, disse que na Comissão Restrita havia apenas um homem e na Comissão Alargada existiam dois homens, sendo um representante do Centro de Saúde e outro da Guarda Nacional Republicana. Referiu também que concordava quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha referido que a Comissão precisava de mais homens. -----

----- Disse ainda que uma velha aspiração da Comissão era a criação de um gabinete, onde pudessem desenvolver a actividade e receber as pessoas dignamente, pelo que perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha alguma boa notícia em relação à cedência de instalações. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o Executivo Municipal tinha consciência de que aquela Comissão necessitava de instalações até como forma de alargar horizontes quer em termos de qualidade de trabalho, quer em termos de resposta a determinado tipo de situações. -----

----- Por último, informou que nesse sentido, o Município tinha deliberado adquirir as casas dos magistrados, sendo uma destinada à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas, que manifestou o seu agrado pela notícia da aquisição das instalações e solicitou uma ovação. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este assunto por encerrado, agradecendo a apresentação efectuada pela senhora deputada Maria da Piedade Barradas. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove

barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão era uma hora e dez minutos do dia vinte e dois de Abril. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----